



GESTÃO DEMOCRÁTICA E ENSINO MÉDIO EM MEIO À CULTURA DIGITAL

Fabíola Gonçalves de Lima (PPGE/UFMT) – fabiolaglimamt@hotmail.com

Danilo Garcia da Silva (PPGE/UFMT) – daniologsilvas@gmail.com

Ana Lara Casagrande (PPGE/UFMT) – analaracg@gmail.com

GT 2: Educação e Comunicação

Resumo:

Este artigo é resultado de uma revisão sistemática da literatura referente aos trabalhos existentes na área educacional (2015-2020) quanto à temática da gestão democrática, ensino médio e mediação das tecnologias digitais. O levantamento dos trabalhos foi realizado em quatro bases de dados (IBICT, Anped, Capes e Google Acadêmico), orientado pelo eixo norteador da gestão democrática no ensino médio em tempos de cultura digital, isto é, numa cultura nascida pela era da digital, originária do ciberespaço e da linguagem da internet que busca integrar a realidade com o mundo virtual. Os estudos incluídos compuseram um corpus de 15 trabalhos para análise e foram subdivididos em 03 categorias: gestão democrática; reforma do ensino médio e o ensino médio em tempo integral; TIC na educação. A revisão reúne estudos relevantes que poderão auxiliar no desenvolvimento de novas pesquisas.

Palavras-chave: Gestão democrática. Ensino médio. Cultura digital.

1 Introdução

O presente artigo promove uma revisão sistemática da literatura pautada na: 1) elaboração de uma questão de pesquisa orientadora da estratégia de busca; 2) variedade de fontes para a localização dos estudos; 3) definição de critérios de inclusão e exclusão; e 4) avaliação da qualidade metodológica das produções recuperadas.

Foram analisadas quatro bases de dados IBICT, Anped, Capes e Google Acadêmico. Utilizou-se a estratégia de combinação entre as palavras chaves nas bases de dados, utilizando diferentes cruzamentos entre elas, sendo: Ensino Médio, Gestão Democrática e Cultura Digital. Foram considerados os estudos publicados originalmente na língua portuguesa, entre janeiro de 2015 a janeiro de 2020. No momento da busca, empregaram-se de forma intencional três termos amplos, com vistas a abarcar maior quantidade de produções, evitando que algum estudo importante fosse excluído no levantamento. O objetivo deste trabalho consiste em compreender o cenário acerca da temática gestão democrática no Ensino Médio tendo em vista a cultura digital, buscando dessa forma, uma aproximação do panorama atual.

2 Metodologia

O levantamento dos dados ocorreu em maio de 2020 e empregou-se a técnica da revisão sistemática da literatura com base nos critérios de inclusão estabelecidos (descritos adiante), realizado em 04 bases de dados IBICT, Anped, Capes e Google Acadêmico.

Para a busca na IBICT, realizaram-se os seguintes cruzamentos de palavras-chave: Ensino Médio, Gestão Democrática e Cultura Digital. Na base Anped a busca realizada seguiu o seguinte esquema: Ensino Médio e separadamente Cultura Digital e Gestão Democrática, pois esta base de dados não permite a inserção de mais de uma palavra chave ao mesmo tempo, foram realizadas várias tentativas de combinação, porém o motor de busca se mostrou ineficiente para esse tipo de combinação e também não foi delimitado período, pois a Anped não disponibiliza filtro para inclusão do período desejado, sendo necessária a triagem dos trabalhos na etapa de inclusão/exclusão. Na base Capes foram realizados os seguintes cruzamentos de palavras-chaves: Ensino Médio e Cultura Digital. Na base Google Acadêmico foi utilizado as palavras-chave: Ensino Médio, Gestão Democrática e Cultura Digital.

As publicações resultantes do procedimento de busca seguiram a seguinte ordem: a primeira etapa de seleção das produções foi realizada mediante a leitura e a análise dos títulos de todos os trabalhos e artigos identificados. Após essa triagem inicial, procedeu-se à leitura dos resumos, introdução e considerações finais dos estudos selecionados, a qual possibilitou que outros textos também fossem excluídos por não atenderem à proposta da revisão. Na etapa final, as principais informações dos trabalhos e artigos foram sintetizadas em uma planilha para que pudessem orientar as análises descritivas e críticas dos estudos selecionados.

Como Critérios de classificação dos trabalhos, foram incluídos somente trabalhos com foco no ensino médio, ensino médio de tempo integral, trabalhos com temas de gestão democrática com delineamento em Cultura Digital, TDIC. Houve restrição quanto à data de publicação, apenas foram selecionados trabalhos publicados nos últimos cinco anos. Em relação ao idioma de divulgação dos trabalhos, foram incluídos apenas aqueles disponibilizados em língua portuguesa.

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados todos os trabalhos que os motores de busca selecionaram anterior ao ano de 2015, pelo fato de se visar à produção

recente, considerando-se que esta se assenta sobre o acúmulo do conhecimento já produzido.

Excluíram-se também os estudos com outros delineamentos que não o do tipo Educação na Cultura Digital, bem como aqueles que não abordavam especificamente os assuntos de interesse da pesquisa.

Posteriormente, o conteúdo dos textos selecionados foi sintetizado numa tabela, contemplando os seguintes itens: título, autores, ano de publicação, título do periódico, instituição de vinculação dos autores, objetivos dos estudos, metodologia, principais resultados e conclusões. Tais dados serviram de respaldo tanto para análises descritivas, relativas à caracterização da produção científica, quanto para a análise crítica dos artigos revisados, referente ao conteúdo das publicações.

3 Resultados

O levantamento localizou 1091 resultados, dos quais 15 foram identificados como repetidos. Mediante a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão supracitados, foram excluídos 579 após leitura do título, foram excluídos 103 fora do período temporal pesquisado, foram excluídos 365 (TCC, monografias, pôster, etc.), foram excluídos 12 após a leitura (resumo, introdução e consideração final) dos trabalhos e artigos. Os 15 estudos restantes compuseram o corpus de análise da revisão.

Em relação ao ano dos trabalhos, observou-se que o volume de publicações foi maior em 2015 e quase o mesmo nos outros anos pesquisado, em conformidade à seguinte distribuição: 2015 (n=6), 2016 (n=2), 2017 (n=3), 2018 (n=1), 2019 (n=3). Todas as pesquisas foram realizadas no Brasil, com idioma prevalente em português.

Os periódicos nos quais os trabalhos foram publicados no tocante à área do conhecimento às quais estavam vinculados, concentraram-se na Educação. No que tange aos aspectos metodológicos, identificou-se: Estudo de caso (n=1), pesquisa etnográfica (n=2), pesquisa qualitativa (n=10), quantitativa (n=1) e análise semiótica social (n=1). Os estudos, em sua maioria, tiveram os dados analisados por meio de procedimentos qualitativos (análise documental e bibliográfica, aplicação de questionários, de entrevistas, de diários de campo).

Dos 15 trabalhos selecionados, 03 se caracterizam como estudos que abordam o tema da gestão democrática e suas variações, 05 estudos que abordam o tema da reforma do ensino médio e ensino médio em tempo integral e 07 trabalhos relacionados

às tecnologias de informação e comunicação na educação (TDIC). Desse modo, os principais resultados oriundos da análise dos trabalhos selecionados foram sintetizados em três categorias:

1º Categoria: corresponde à análise dos temas que trazem os assuntos relacionados à Gestão Democrática na perspectiva da promoção da Cultura Digital nas escolas públicas de ensino médio, a participação da comunidade escolar nas decisões da escola e a contribuição dos conselhos escolares na consolidação da gestão democrática.

Os trabalhos possuem, em comum, uma ampla discussão da gestão democrática em seus diversos enfoques: democracia na escola pública, o diálogo entre a comunidade e a escola, a educação básica em tempo integral, escola como espaço de construção de conhecimento, o gestor sendo desafiado a mudar para atender as demandas que surgem pelo avanço tecnológico e políticas educacionais.

De acordo com Santo (2016), as discussões da participação dos conselhos escolares na efetivação da gestão democrática, podem se constituir como instância importante para a efetivação da gestão democrática, na medida em que se tornem espaço com dinâmica de participação, de abertura e de diálogo a serviço da educação, de cooperação com o zelo da aprendizagem e defesa do interesse comum e coletivo. A pesquisa demonstrou a existência de inúmeras contradições na implantação, constituição e funcionamentos dos conselhos escolares e do Programa Mais Educação, a busca pela gestão democrática baseada na participação, demonstrou que não é tarefa fácil, visto que os próprios atores educativos não dispõem de reuniões com seus segmentos para discussões das propostas discutidas sobre a escola no conselho escolar.

Também referindo-se à participação, mas com foco na parceria da escola com as famílias, Ribeiro (2015) realizou sua pesquisa numa escola estadual de Diadema (SP), e concluiu que tal parceria estimula a participação dos familiares, gerando maior aproximação nas relações interpessoais, na motivação dos profissionais da escola e, conseqüentemente, pode provocar mudanças no desempenho da aprendizagem dos estudantes. Observou-se que a mudança da “reunião de Pais e Mestres” para “Encontro Família/Escola” não foi somente no uso da terminologia, mas, sim, no significado e sentidos atribuídos às reuniões/encontros escola/família: antes os familiares iam à escola apenas para ouvir sobre atitudes negativas e baixo desempenho escolar de seus filhos; agora são convidados a participar dos processos de tomada de decisão da unidade escolar. Portanto, a autora constata que é possível a equipe gestora criar ações que fortaleçam a participação da família na escola, na perspectiva da construção de uma

gestão democrática, investindo em processo de formação, juntamente com a comunidade escolar, os quais potencializam um melhor ambiente para se conviver, trabalhar, aprender e tomar decisões coletivas.

Em suas investigações Silva (2019), também confirma a importância de uma gestão participativa. Esta autora observa que o gestor da escola é uma peça desafiada a mudar para atender a demanda que surge pelo avanço tecnológico e descentralização de serviços na escola, buscou em seu trabalho argumentar e compreender sobre a importância do papel do gestor para o desenvolvimento da cultura digital na escola a partir da participação dos gestores em curso de capacitação na área de Gestão Escolar e Tecnologias, inclusive com a adesão ao Programa Educação Conectada, os gestores instalaram internet de qualidade nas escolas.

Com os equipamentos disponibilizados para os professores, a internet de alta velocidade instalada e professores sendo qualificados, a pesquisa desta autora, concluiu que o gestor pode ser considerado promotor da cultura digital na escola, pois as medidas necessárias para isso estão se efetivando. Enquanto a lousa digital e o laboratório móvel, poucos professores utilizam com os alunos por medo de estragar ou por não saberem usar. Com isso os gestores reforçam a necessidade de proporcionar mais formação de professores (SILVA, 2019).

Portanto, fica evidente a necessidade de mais investimentos em formação continuada de gestores e professores para que as políticas de tecnologias educacionais atinjam suas finalidades e que a cultura digital vivenciada na sociedade atual faça parte da cultura escolar.

2º Categoria: corresponde à análise dos temas que trazem os assuntos relacionados à Reforma do Ensino Médio e o Ensino Médio em tempo Integral. As discussões destes trabalhos giram em torno das possibilidades da educação em tempo integral em escola pública de ensino médio, reflexões sobre as condições de implementação dos cursos de ensino médio integrado, políticas públicas de educação integral, flexibilização curricular, análise da proposta do programa nacional do ensino médio inovador, análises dos documentos orientadores do PROEMI, portarias e medidas provisórias.

Os trabalhos trazem importantes compreensões, como no estudo de caso da escola de tempo integral no Estado de Goiás, Santos (2018) aborda em sua pesquisa a educação em tempo integral em uma escola pública de ensino médio, revisitando a

história da educação brasileira, a gestão democrática como uma condição de implementação da escola de tempo integral.

Essa autora apresenta um retrospecto das bases históricas da educação brasileira, desde a CF/1988, em seu artigo 205, onde determina que a educação brasileira seja um direito de todos, dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Com base nos pressupostos de Saviani (2003), a educação escolar deve ser integral e levar em consideração as singularidades do sujeito e o seu desenvolvimento como pessoa humana e para a cidadania plena. Também traz uma reflexão sobre a Gestão da Escola em Tempo Integral, que é uma realidade com inúmeras (in)concretudes e suas especificidades, bem como seus diferenciais e desafios, no que diz respeito à promoção de uma educação de qualidade no cenário educacional brasileiro.

Tal qualidade que pode ser repensada na historicidade necessária da educação brasileira defendida por Santos (2018), pois para essa política de implementação de escolas de tempo integral, fica evidenciado que o governo e a Secretaria estadual de educação de Goiás propõem as mudanças e somente depois verificam se as condições estruturais e pedagógicas são adequadas para efetivá-las.

Já no estado da Paraíba, na avaliação do programa de Educação em Tempo Integral implantado pelo governo, Costa (2019) objetivou verificar se houve avanços para o desenvolvimento do Ensino Médio em escolas públicas do estado, constatou que o modelo de ensino adotado possibilitou a elevação no progresso escolar dos estudantes do Ensino Médio em escolas estaduais, no qual além do aumento de aprovação, proporcionou também a diminuição do índice de abandono em todas as séries avaliadas e, principalmente na 1ª série, mais afetada nos anos anteriores com o abandono escolar.

No que tange às políticas educacionais para o Ensino Médio, e as implicações da lei nº 13.415/2017, Vicente (2019), buscou analisar as influências das organizações e organismos Internacionais na elaboração e desenvolvimento da reforma política, elencando questões como notório saber; itinerário formativo; definição da área de conhecimento pelo jovem e também, a falta de acesso do estudante em relação a outros conhecimentos devido à escolha de um itinerário. Os resultados evidenciam que a política educacional para o Ensino Médio ao longo da história se delineou com base primordial na formação de indivíduos com competências mínimas para atuar no

mercado de trabalho conforme a demanda. O intuito é de mercantilizar o Ensino Médio e formar o trabalhador flexível para atender as necessidades do mercado global.

Ainda sobre o ensino médio, porém com ênfase na flexibilização curricular e na profissionalização do ensinar, Pinto (2016) aborda um estudo sobre o Programa Nacional do Ensino Médio Inovador (PROEMI), criado pelo Governo Federal e instituído em 2009, tem como objetivo apoiar e desenvolver propostas curriculares transformadoras em escolas de Ensino Médio regular no Brasil.

Acredita-se que por meio da flexibilização curricular, seja possível, criar novos espaços de aprendizagem, buscando a articulação teoria e prática como princípio integrador (conectar o pensar ao fazer), a fim de possibilitar ao aluno ampliar os horizontes do conhecimento e a aquisição de uma visão crítica e que propicie a diversidade de experiências aos alunos.

Perante as frequentes mudanças sofridas pelo ensino médio no país os seus impactos são visíveis e apontados nos estudos aqui mencionados, seja na implantação das escolas de tempo integral, na formação dos professores, na flexibilização curricular ou políticas educacionais, Zambon (2015), analisa, em seu trabalho, as percepções “do novo” manifestadas por professores e por coordenadores pedagógicos que vivenciaram a recente implementação do Ensino Médio Politécnico nas Escolas de Educação Básica do RS. O objetivo da pesquisa é de analisar a coexistência de "duas escolas" de ensino médio com propósitos absolutamente diferentes, convivendo ambas em cada unidade escolar, uma que privilegia o ensino dos conteúdos conceituais das áreas disciplinares, muitas vezes, priorizando uma preparação para os exames vestibulares, outra que investe na perspectiva de desenvolver projetos de pesquisa escolar.

Em alguns casos, esta última opção tem sido aplaudida e defendida por razões essencialmente utilitárias, entendendo que a participação dos jovens em atividades de pesquisa estaria ajudando a desenvolver neles habilidades que serão utilizadas nos seus estudos universitários.

A outra "escola" (a nova), por vezes incluiu e desenvolveu também a ideia de uma preparação de habilidades a serem utilizadas pelos alunos, quando estarão em curso de nível superior, ou seja, habilidades típicas de quem desenvolve pesquisa acadêmica.

3º Categoria: corresponde a análise dos temas que trazem os assuntos relacionados à: TIC na Educação. Estes trabalhos discutem temas como: políticas públicas de inclusão digital na formação de professores e práticas pedagógicas das escolas públicas; o papel das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na vida

escolar de jovens do ensino médio, como os aparelhos tecnológicos que inundam a sociedade contemporânea estariam modificando as salas de aula das escolas bem como as práticas dos alunos; de que maneira os jovens vivenciam essa dissociação tecnológica e prática entre o mundo juvenil e o mundo escolar; ambientes pessoais de aprendizagem nas perspectivas e práticas dos jovens; as tecnologias digitais da informação e comunicação no currículo da educação profissional técnica de nível médio; a emancipação humana e as redes cibernéticas de aprendizagem colaborativa; geração digital: transformação pedagógica; tecnologias e educação: uma análise das práticas pedagógicas dos professores do ensino médio mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação.

Como nos traz Richitelli (2017), no estudo de caso de quatro escolas públicas do Triângulo Mineiro, onde investigou a integração das tecnologias digitais nas políticas públicas educacionais e seus programas de inclusão digital e a integração das tecnologias digitais nas aulas, na perspectiva dos professores.

O autor sustenta em sua pesquisa que os professores da rede pública de ensino precisam de melhorias por parte das políticas públicas de inclusão digital para a integração das tecnologias digitais no ensino e na aprendizagem de seus alunos. O governo federal e seus programas de inclusão digital adentraram a escola para utilizar as tecnologias digitais como mediação pedagógica, o que exige estudo e preparação dos profissionais da educação.

Os resultados da pesquisa de Richitelli (2017) revelam que tanto a formação inicial como a formação continuada precisa de uma atenção maior com a integração das tecnologias digitais educacionais nas práticas dos professores.

Assim como no estudo da escola pública da cidade de Sorriso/MT, no qual Brizola (2017) analisou as práticas pedagógicas do professor do ensino médio tendo as Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC enquanto mediadoras dessas práticas. A análise demonstrou que os docentes sujeitos desse estudo entendem as TIC como excelentes recursos que podem melhorar, ampliar, ressignificar ou mesmo transformar a prática pedagógica. No entanto, na maior parte do tempo das observações, usaram as tecnologias tendo como foco o conteúdo, pois como observado, as TIC foram usadas para expor, pesquisar e em alguns casos compartilhar temáticas desenvolvidas em sala.

Verificou-se, ainda, que os sujeitos da pesquisa necessitam de melhor entendimento das concepções da era digital, mostrando não estarem completamente preparados para orientar os estudantes a interagirem na sociedade atual. O estudo

mostra ser necessário alterações e reformulações em muitas práticas pedagógicas adotadas pelos professores consideradas ultrapassadas para a sociedade e os estudantes digitais (BRIZOLA, 2017).

Com as diversas possibilidades de pesquisa referente às práticas de aprendizagem com as TICs, Ferreira e Castiglione (2017), examinaram concepções, práticas e perspectivas sobre a aprendizagem com TIC de um grupo de jovens envolvidos no Ensino Médio através de representações. O texto é baseado em uma análise semiótica social, representado por 19 desenhos e 14 entrevistas. A discussão sugere que, ao representar seus Ambientes de Aprendizagem Pessoal PLEs, que mostram o uso de ferramentas de TIC para apoiar a aprendizagem, incluindo plataformas de redes sociais já integradas ao seu repertório de recursos de aprendizagem, esses jovens não apresentam usos inovadores ou incomuns de artefatos digitais. Ao revelar um quadro marcado pela mera reprodução de relações típicas de uma educação bancária baseada em uma pedagogia da transmissão, a discussão aponta para a utilidade limitada do categoria nativos digitais, desafiadoras descontextualizadas, expectativas prometeanas do potencial transformador das TICs.

Ainda sobre a importância das TICs no cotidiano dos jovens, Salatino e Bueno (2015), analisam o papel das TICs na vida escolar de jovens do Ensino Médio pertencentes às classes populares, com foco sobre o uso dos aparelhos celulares. As análises, em perspectiva sociológica, levaram a concluir que as tecnologias constituem uma das bases da experiência social da juventude contemporânea e que, mesmo que a instituição escolar não as tenha incorporado as suas práticas, os alunos trazem dispositivos móveis para o interior dela.

Entretanto, eles não mobilizam esses aparelhos para potencializar as aprendizagens escolares, mas para se ausentarem do mundo escolar e reencontrarem os temas do universo juvenil. Pensar a incorporação desses elementos tecnológicos na cultura escolar requer, desse modo, compreender a responsabilidade da escola e dos professores na utilização pedagógica desses recursos, bem como a ponderação de que as tecnologias podem atuar mais como um fator de ampliação das desigualdades do que de democratização social e escolar, SALATINO E BUENO (2015).

A pesquisa de Araújo (2015), por sua vez, tem como referência o estudo do potencial contra hegemônico das TICs, a partir de seu potencial emancipatório, do resgate à essência livre do homem, consagrado em todos os níveis de sua inventividade, seja na arte, na ciência, no exercício livre do pensamento. O trabalho pesquisa as redes

ciberculturais colaborativas voltadas especificamente à aprendizagem, como é o caso de fóruns de programadores, ambientes virtuais de aprendizagem colaborativa, tanto em nível formal como informal. O objetivo é observar como esses dois cenários diferenciados se comportam acerca do potencial emancipatório, um sistematizado e o outro livre dessa exigência. As redes são uma nova realidade da sociedade contemporânea, por isso, a sala de aula precisa incorporar essa realidade. O autor ressalta que esse estudo não sugere o abandono das práticas de ensino, mas sim o acréscimo nessa atividade dos elementos fundamentais de uma rede colaborativa, estimulando o fluxo comunicacional sem tantos hubs, quer dizer, sem a figura daqueles que centralizam todo o saber, o que inclui o professor (ARAÚJO, 2015).

Na perspectiva da prática pedagógica Cunha et al. (2015), demonstram que o processo educacional necessita ampliar a visão e os procedimentos pedagógicos na utilização das (TD) tecnologias digitais. As TD precisam estar à disposição para a produção de conhecimento dos professores à medida que houver a necessidade de motivar e assegurar o aprendizado aos alunos. A rotina diária dos estudantes quando não estão na escola inclui basicamente o uso de ferramentas que possibilitam uma conexão on-line, “surfando” na web e nas redes sociais. O uso da TD representa um processo de renovação do conhecimento e está sempre em construção, reconstrução e renegociação.

As autoras afirmam que a utilização das TD vem abrindo importantes fronteiras para a educação, cujas possibilidades e limites ainda não são plenamente conhecidos, mas influenciarão o trabalho nas escolas, possibilitando o aprendizado cooperativo.

O estudo de Amaral (2015) busca analisar as diretrizes curriculares nacionais e identificar as referências de uso ou integração das tecnologias digitais da informação ou comunicação para a elaboração do projeto pedagógico dos cursos Técnicos integrados em informática.

As referências do uso ou integração das TDIC (tecnologias digitais de informação e comunicação) estão localizadas em maior número na parte de formação específica, o que nos leva ao entendimento de que a tecnologia dimensão da base curricular não se articula com as demais áreas do conhecimento e componentes curriculares.

Em relação à TDIC como Cultura Digital, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, Amaral (2015) destaca a necessidade de apropriação das TDIC pelo professor. Reiterando que conforme Almeida, M.; Valente (2011), é preciso que o professor faça parte da cultura digital, se aproprie dos instrumentos culturais presentes nas práticas

sociais por meio das TDIC e mídias digitais. De outro modo, o uso da TDIC como cultura digital é destacado como tecnologias que transformam hábitos, modos de viver e de produzir, otimizam o uso de tempo e aumentam a produtividade do trabalho, reflexo das relações sociais que a levaram a ser produzida.

4 Discussão

Com base nos resultados apresentados, verifica-se que o tema Gestão Democrática é um assunto amplamente debatido nos trabalhos e perpassa os caminhos da educação pública, de qualidade e Democrática, quando o assunto é educação, dificilmente não discutimos gestão democrática, pois é uma forma de gerir uma instituição escolar de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia. O resultado trazido por Ribeiro (2015) afirma que as ações desencadeadas pela equipe gestora da escola impulsionaram a vivência de uma experiência em que a participação dos membros da gestão, docentes, alunos, funcionários de apoio e familiares fosse mais efetiva e valorizada, para Silva (2019) o gestor da escola é uma peça desafiada a mudar para atender a demanda que surge pelo avanço tecnológico e descentralização de serviços na escola.

Porém o engajamento não é tarefa fácil, como demonstrou Santo (2016), visto que foi identificado na pesquisa realizada que os próprios atores educativos não dispõem de reuniões com seus segmentos para discussões das propostas discutidas sobre a escola no conselho escolar. Nos resultados trazidos por Santos (2018), na pesquisa das escolas de ensino médio em tempo integral nota-se que o governo e a Secretaria de Educação propõem as mudanças e somente depois verificam se as condições estruturais e pedagógicas são adequadas para efetivá-las, evidenciando problemas com os processos de democratização em todas as esferas da estrutura organizacional da Educação pública. Este trabalho nos traz à luz a historicidade da educação brasileira, demonstrando as heranças que carregamos das políticas repressoras, atrelado aos interesses político que não refletem os anseios da comunidade escolar.

As pesquisas em relação às políticas educacionais para o ensino médio, a exemplo de Vicente (2019), mostram que a política educacional para o ensino médio se delineou, ao longo da história, com base primordial na formação de indivíduos com competências mínimas para atuar no mercado de trabalho conforme a demanda. Já Pinto (2016), possui uma visão mais otimista quando o assunto é flexibilização curricular, em seu trabalho o autor, aborda um estudo sobre o Programa Nacional do Ensino Médio

Inovador (PROEMI), que tem como objetivo apoiar e desenvolver propostas curriculares transformadoras em escolas de Ensino Médio regular no Brasil, seu estudo destacou que a escolha do aluno em relação às atividades optativas é um avanço quando nos referimos à flexibilização do currículo escolar, principalmente porque o aluno passa a participar de parte da seleção do que irá aprender.

Quando o assunto é tecnologia digital, observamos nos trabalhos revisados diversos problemas para implantação e desenvolvimento de uma Cultura Digital nas escolas, entendemos que a tecnologia possui papel fundamental no processo educativo como recurso mediador de aprendizagem. Richitelli (2017), afirma que os professores da rede pública de ensino precisam de melhorias por parte das políticas públicas de inclusão digital para a integração das tecnologias digitais no ensino e na aprendizagem de seus alunos.

Da mesma forma Brizola (2017) demonstra em suas pesquisas que os professores da escola pesquisada entendem as TIC como excelentes recursos que podem melhorar, ampliar e transformar a prática pedagógica, porém nas observações verificou-se que os sujeitos da pesquisa carecem de melhor entendimento das concepções da era digital, seus estudos mostram ainda ser necessário alterações e reformulações em muitas práticas pedagógicas adotadas pelos professores consideradas ultrapassadas para a sociedade e os estudantes digitais e que estas reformulações provocará mudanças no modelo de transmissão-memorização-fixação-reprodução de conteúdo.

Os estudos de Ferreira e Castiglione (2017) apontam que os jovens não apresentam usos inovadores ou incomuns de artefatos digitais, mostraram-se ausentes de atividades criativas, posicionando-se apenas como receptores, sugerindo que sua apropriação dessas tecnologias é fortemente mediada por uma cultura escolar tradicional e hierárquica.

Há uma forte necessidade das escolas buscarem maneiras de atrair os jovens para o uso dos aparelhos e tecnologias digital voltados para a aprendizagem do conteúdo em sala de aula, Salatino e Bueno (2015), enfatizam que os estudantes não mobilizam esses aparelhos para potencializar as aprendizagens escolares, mas para se ausentarem do mundo escolar e reencontrarem os temas do universo juvenil. Os estudos de Richitelli (2017) apontam que a tecnologia que o aluno leva para a escola é considerada inaceitável por algumas escolas públicas, tais como fazer uso no ambiente escolar de smartphones e máquinas fotográficas, por exemplo, tornando incoerentes os objetivos

dos programas de “inclusão digital” nas escolas diante das práticas proibitivas de integração das tecnologias digitais pelos alunos dentro da escola.

As redes são uma nova realidade da sociedade contemporânea. A informação é de longe um produto com valores e representativo de relações de poder. Por isso, a sala de aula precisa incorporar essa realidade. Não se pode ignorar o potencial educativo que as redes apresentam e muito menos se colocar alheio à condição, como bem lembra ARAUJO (2015).

Entende-se que existem diversos caminhos para a incorporação da tecnologia no ambiente escolar, os problemas enfrentados são muitos, porém necessário que se disponibilize novos modelos e métodos que possibilitem que a educação esteja disponibilizada para todas as pessoas.

5 Considerações finais

Os estudos revisados nos permite compreender que as escolas públicas precisam urgentemente de políticas efetivas para a inclusão de uma Cultura Digital de forma prática, laica e democrática, falar em implantação de medidas na educação, também é mencionar democracia, participação e inclusão.

É preciso voltar o olhar para a educação de forma mais ampla e pensar o ensino como base para fomentar a formação de jovens capazes de pensar de forma autônoma e crítica, comprometidos em construir um país desenvolvido e livre das amarras de uma política elitista, principalmente no momento que o Brasil atravessa, enfrentando diversos desafios nas esferas política e moral da nossa nação, onde forjar títulos passou a ser prática até do Ministro da Educação.

A educação sempre será o alicerce para a sociedade do futuro e a tecnologia tem um papel fundamental nesse contexto, podendo ser utilizada como elemento no processo pedagógico, fazendo parte de todas as disciplinas e processos escolares. Como apontou os estudos revisados, professores e alunos pensam-se conectados à internet e as redes sociais, porém desconectados do ponto de vista pedagógico. Os alunos dominam os artefatos tecnológicos com muita habilidade, possuem rapidez e facilidade para manejarem qualquer aplicativo ou de absorver rapidamente qualquer novidade proposta, mas em relação ao conteúdo escolar não se sentem atraídos ou não sabem a melhor maneira de utilizar, aos professores, como apontam os estudos, faltam capacitação e

desenvolvimento de projetos que os subsidiem no planejamento de projetos pedagógicos utilizando a tecnologia a favor de suas aulas.

Também deve-se lançar um olhar para a resistência por parte do corpo docente e gestão da escola, percebemos claramente este desafio no momento que estamos passando, onde a pandemia pegou todos de surpresa e as universidades, escolas públicas e privadas se viram obrigadas a pensar em soluções que não estavam em seus projetos, o resultado estamos observando no dia-a-dia.

Acredito que há um vasto campo para o desenvolvimento de estudos sobre tecnologias e ambientes virtuais de aprendizagem para atender a esta demanda que se mostra ser a escola do futuro, as TD pode ser um aliado nesse processo, pois permite o rápido acesso e compartilhamento de informações, e a escola deixa de ser o centro detentor do conhecimento.

Referências

AMARAL, Maria Lucia Soares do. **As tecnologias digitais da informação e comunicação no currículo da educação profissional Técnica de nível médio**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

ARAÚJO, Romes Heriberto Pires de. **Advento da emancipação humana pelo estatuto das redes ciberculturais de aprendizagem colaborativa**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de Brasília- UNB, 2015.

BRIZOLA, Jairo. **Tecnologias e educação: uma análise das práticas pedagógicas dos professores do ensino médio mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

COSTA, Andressa Pires da. **As políticas públicas de educação Integral no Estado da Paraíba**. Artigo Científico. Universidade Federal Campina Grande, Sumé, Paraíba, 2019.

CUNHA, Nathália Barcelos, CUNHA, Norival Carvalho, CUNHA, Thais Naiane Barcelos. Geração Digital – Transformação Pedagógica. **Cadernos da Fucamp**, v.14, n.20, p.74-83, 2015, Disponível em: <http://fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/viewFile/506/361/> Acesso em: 08 mai. 2020.

FERREIRA, Giselle Martins dos Santos, CASTIGLIONE, Rafael Guilherme Mourão. TIC na educação: ambientes pessoais de aprendizagem nas perspectivas e práticas dos

juvenis. **Educação e Pesquisa**, vol.44, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201702153673>. Acesso em: 15 mai. 2020.

PINTO, Marcelo Barbosa. **Flexibilização Curricular: A proposta do Ensino Médio inovador e a profissionalização do ensinar**. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Programa de Pós Graduação Mestrado em Ensino. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguacú, 2016.

RIBEIRO, Iara Sousa. **Interação escola e família: formação de professores e de familiares**. Dissertação (Mestrado em práticas Educacionais) - Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais. Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.

RICHITELI, Aurélio Alberto. **Políticas para a inclusão digital: práticas e possibilidades na escola pública**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, Minas Gerais, 2017.

SALATINO, André Toreli, BUENO, Belmira Oliveira. Entre mundos juvenis: As tecnologias na vida e na escolarização de alunos das classes populares. **ETD - Educação Temática Digital**, v.17, n.3, p.576-595, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8637511/>. Acesso em: mai. 2020.

SANTO, Nathalia Cortes do Espirito. **Gestão Democrática e(m) escola de tempo integral: os conselhos escolares em foco**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Maria Lúcia Pacheco Duarte dos. **Educação em Tempo Integral em uma escola pública de ensino médio em Goiás: Um estudo de caso**. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

SILVA, Eliane Soares da. **Diretor libera a chave do laboratório de informática: O Gestor escolar como promotor da cultura digital na escola pública**. Dissertação (Mestrado Educação)- Programa de Pós Graduação em Gestão Educacional. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2019.

VICENTE, Vinicius Renan Rigolin de. **Políticas educacionais para o ensino médio as implicações da lei nº 13.415/2017**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2019.

ZAMBON, Luciana Bagolin. Percepções do Novo no Contexto de Implementação do Ensino Médio Politécnico no RS. **37ª Reunião Nacional Anped**, 2015, Florianópolis, SC. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/percepcoes-do-novo-no-contexto-de-implementacao-do-ensino-medio-politecnico-no-rs/>. Acesso em: mai. 2020.